

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES – COLIC

JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PROCESSO SAP Nº 1000000056125

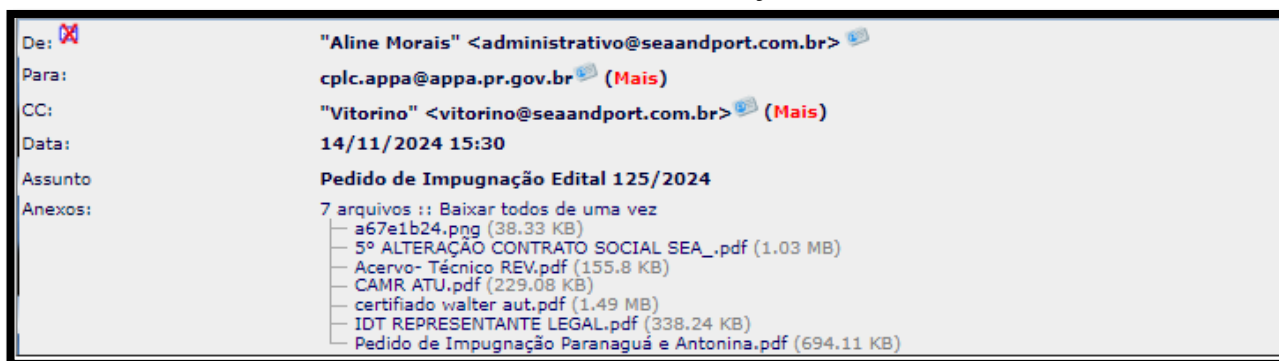
Licitação de referência: Procedimento de - LICITAÇÃO ELETRÔNICA SAP Nº 125/2024

Impugnante: SEA AND PORT SERVIÇOS LTDA - ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento, estabelecimento e manutenção contínua de sinalização náutica, sob a responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA.

Nos termos do item 8 e de seus subitens do Edital de Licitação Eletrônica SAP nº 125/2024, a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 048/2024 - APPA, recebeu e analisou em conjunto com a área técnica responsável, a impugnação apresentada pela IMPUGNANTE.

Preliminarmente, cumpre destacar que em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, e tempestividade, conforme fazem prova os documentos acostados ao Presente Processo de Licitação, uma vez que a impugnação foi apresentada em 14/11/2024.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES – COLIC**

Em razão da natureza das alegações, a Comissão Permanente de Licitação encaminhou à área técnica responsável a impugnação para que fosse efetuada a análise necessária.

1) DAS RAZÕES APRESENTADAS

Insurge-se a Impugnante em desfavor dos termos do Edital acima epigrafado, resumidamente contra os seguintes pontos:

- a) Ao suscitar restrição à competitividade com a exigência de registro junto ao CREA ou CAU, que seja alterado o Edital, para possibilitar que empresas cujos responsáveis técnicos sejam oriundos dos quadros da Marinha do Brasil, conforme preconiza o item 0410 da NORMAN-17, apresentem o “CADASTRO DE MEPRESAS CADASTRADAS NO CAMR” e o fornecimento de Atestado de Capacidade Técnica por pessoa jurídica de direito público ou privado compatíveis em características com o objeto da licitação vinculando seu responsável técnico;
- b) Alega que a CERTIDÃO exigida no inciso V do subitem 16.4.1.1 e 16.4.2, VII do edital referente ao atestado específico de “boia articulada”, ao caracterizar seleção especial, restringe a competitividade e ampla concorrência.

A manifestação da área técnica desta Administração, elaborada e assinada pelos Engenheiros Lucas Gomes Gonçalves – Coordenador de Infraestrutura de Acostagem e o Gerente de Engenharia Marítima, Engenheiro João Jardim Vila Verde, foi colacionada conforme abaixo:

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES – COLIC****2. DA CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO**

É relevante contextualizar o objeto licitado, consistente na "Contratação de empresa especializada no fornecimento, estabelecimento e manutenção contínua de sinalização náutica".

Conforme o disposto no item 5 do Termo de Referência, "Os Auxílios à Navegação dos Portos de Paranaguá e Antonina sob responsabilidade da Autoridade Portuária totalizam 74 (setenta e quatro) sinais náuticos, apresentados a seguir".

De acordo com a tabela mencionada, do total de 74 sinais náuticos sob responsabilidade da Portos do Paraná, 69 correspondem a boias flutuantes e 5 a boias articuladas. Cabe ressaltar que, ainda segundo o referido item, "Está em andamento um processo para substituição das boias flutuantes de números 28A, 29, 30 e 31 por boias articuladas". A previsão para conclusão desse processo é até o final de novembro de 2024, de modo que, a partir de dezembro de 2024, o número de boias flutuantes será reduzido para 65 unidades, enquanto as boias articuladas passarão a totalizar 9 unidades.

Portanto os dois tipos de sinais náuticos, possuem parcela significativa no balizamento da Portos do Paraná.

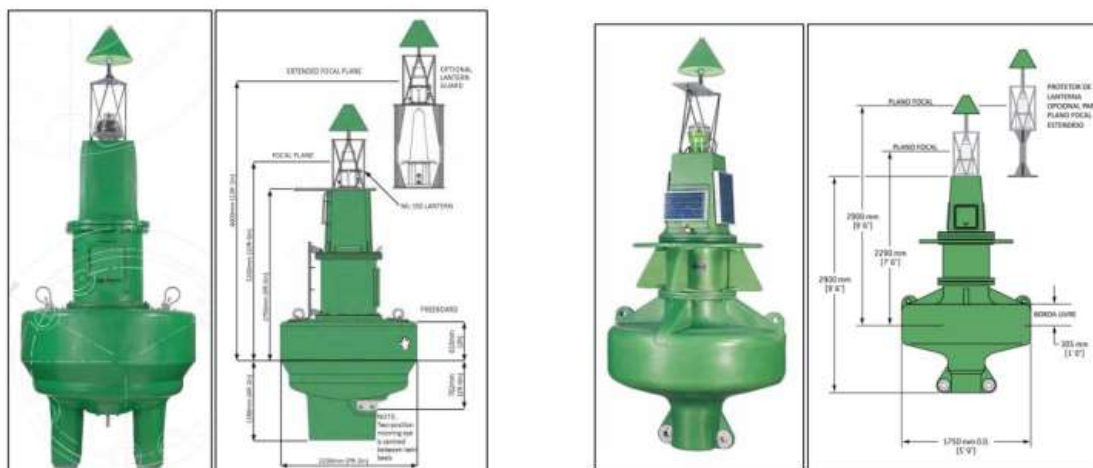
Adicionalmente, conforme descrito nos subitens 5.1, 5.2 e 5.3 para as boias flutuantes, e no subitem 5.4 para as boias articuladas, são apresentados todos os elementos que compõem cada tipo de boia, evidenciando que se tratam de objetos distintos, cada um com suas peculiaridades e especificidades. As diferenças entre esses objetos abrangem dimensões, material de fabricação, sistema de flutuação, fundeio, porte, entre outras características explicitadas no Termo de Referência.

Com o objetivo de destacar as diferenças entre os tipos de boias, apresentam-se, a seguir, suas principais características:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES – COLIC

- Boias Flutuantes BL1 e BLE

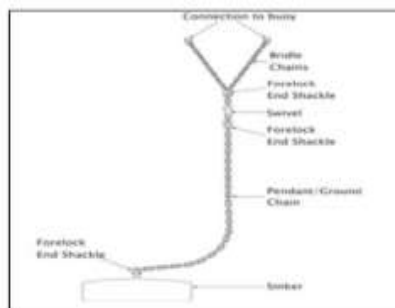


Conforme evidenciado nas imagens extraídas do Termo de Referência, as boias flutuantes possuem dimensões e características distintas:

- Boia BLE: altura aproximada de 4 metros, diâmetro de 2,2 metros e peso de 1.750 kg;
- Boia BL1: altura aproximada de 2,9 metros, diâmetro de 1,75 metros e peso de 454 kg.

Ambas são fabricadas em Polietileno UV-estabilizado e compostas por três seções: flutuante, superestrutura e seção superior, todas fixadas entre si por meio de parafusos.

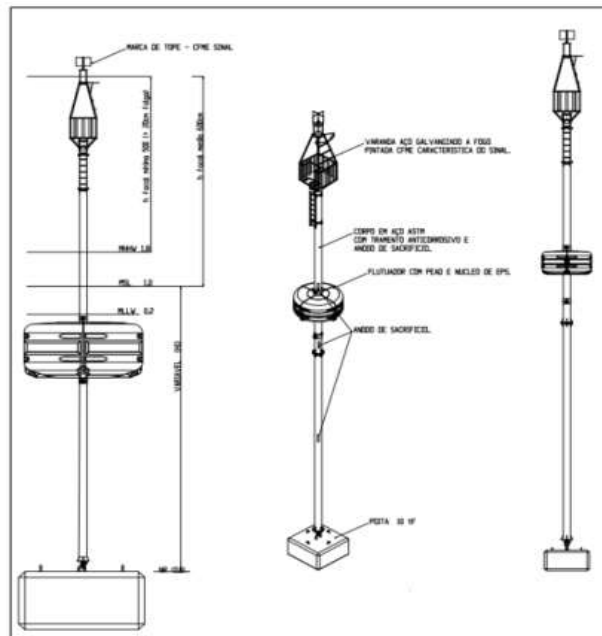
O sistema de fundeio dessas boias é composto por poitas de concreto com peso aproximado de 4 toneladas, correntes, manilhas, anilhas e tornel, todos dimensionados em função das características do local de instalação (profundidade e condições ambientais), de modo a assegurar a flutuabilidade e a estabilidade dos equipamentos.



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES – COLIC

- Boias Articuladas



Como ilustrado nas imagens extraídas do Termo de Referência, as boias articuladas apresentam características completamente distintas das boias flutuantes:

- Altura total aproximada de 22 metros (podendo variar conforme a profundidade do local de instalação);

- Estrutura composta por tubos metálicos galvanizados a fogo, com tratamento anticorrosivo e anodo de sacrificio, flutuante em polietileno rotomoldado com núcleo de EPS (poliestireno expandido) e praça em fibra de vidro reforçada, que somadas podem chegar ao peso de 2,5t.

Os elementos estruturais da boia articulada são fixados por cunhas e parafusos.

O sistema de fundeio é composto por uma poita de concreto com peso aproximado de 10 toneladas, conectada diretamente ao tubo metálico por meio de manilha.

As dimensões e os pesos dos elementos constituintes das boias articuladas são significativamente superiores aos das boias flutuantes. Essa diferença exige maior cautela em seu manuseio e transporte, tanto em terra quanto no mar, visando garantir a segurança das operações e mitigar riscos de acidentes de trabalho.

Portanto, as características técnicas dos dois tipos de boias reforçam a distinção entre elas em termos de estrutura, materiais e requisitos operacionais, evidenciando que se tratam de equipamentos distintos em funcionalidade e complexidade.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES – COLIC

3. DA AVALIAÇÃO DOS PEDIDOS

Primeiramente, é relevante destacar a Seção IV do Regulamento Interno de Licitações e Contratos Administrativos dos Portos de Paranaguá e Antonina (RILC), que estabelece diretrizes fundamentais para a condução dos processos licitatórios, incluindo os critérios para habilitação técnica.

Art. 52 A documentação relativa à qualificação técnica, conforme o caso, consistirá em:

I - ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente;

II - à comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - à prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

IV - prova de requisitos de sustentabilidade ambiental, quando couber.

Art. 53 No caso das licitações pertinentes a aquisição de bens, obras e serviços, a comprovação da aptidão referida no inciso II, do artigo 52, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, se houver, suficientes para comprovar a aptidão do licitante.

Art. 54 A exigência relativa à capacitação técnica profissional limitar-se-á à apresentação pelo licitante de Certidão de Acervo Técnico - CAT, acompanhada do respectivo Atestado, por execução de obra ou serviço de características semelhantes às do objeto da licitação, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, conforme previsto no instrumento convocatório.

Parágrafo único. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverão participar da execução do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pela APPA.

Art. 55 As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo mencionadas no artigo 54 serão definidas no instrumento convocatório podendo, conforme o caso, ser exigida uma experiência correspondente a até 50% (cinquenta por cento) de tais parcelas, salvo expressa justificativa técnica que motive o aumento de referido percentual, podendo ser admitida a somatória de atestados, conforme instrumento convocatório.

No Termo de Referência referente ao certame, foram especificados os requisitos técnicos exigidos tanto para a qualificação da empresa ou consórcio de empresas, quanto para os profissionais responsáveis pela execução do objeto, sendo requeridos os seguintes documentos:

- VI. Apresentar no mínimo 01 (um) atestado, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a empresa tenha atuado satisfatoriamente na prestação de serviço de manutenção de balizamento de portos ou terminais portuários que demandam serviço de Praticagem, com uma quantidade mínima de 10 (dez) boias flutuantes luminosas e 1 (uma) boia articulada luminosa. Será permitido a apresentação de atestado de boias flutuantes e articuladas separadamente.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES – COLIC

8.2. Dos Profissionais

A PROPONENTE deverá apresentar, no mínimo, 01 (uma) Certidão de Acervo Técnico (CAT), de Engenheiro da sua equipe técnica, devidamente certificado pelo CREA, expedidos por pessoa jurídica de direito privado ou público, atestando que o profissional tenha atuado:

- VII. Execução de manutenção de balizamento de portos ou terminais portuários que demandam serviço de Praticagem, com uma quantidade mínima de 10 (dez) boias flutuantes luminosas e 1 (uma) boia articulada luminosa. Será permitido a apresentação de CAT de boias flutuantes e articuladas separadamente.

Ao analisar o Atestado de Capacidade Técnica (ACT) e a Certidão de Acervo Técnico (CAT) exigidos no item 8 do Termo de Referência para a habilitação técnica da proponente, verifica-se que tais exigências estão em conformidade com o RILC da APPA. Os quantitativos exigidos — 10 (dez) boias flutuantes e 1 (uma) boia articulada — correspondem a 15,38% e 11,11%, respectivamente, do total de boias contempladas no objeto do contrato. Esses valores estão significativamente abaixo do limite de 50% permitido pelo RILC, evidenciando que as exigências são razoáveis e proporcionais ao objeto licitado.

Dessa forma, entende-se que o pedido “seja retirado do Edital a restritiva CERTIDÃO que prevê o inciso V do subitem 16.4.1.1 e 16.4.2 VII do referido Edital no que diz respeito ao Atestado específico de uma boia articulada, o que caracteriza seleção especial que restringe a competitividade e a ampla concorrência”, não deve ser acatado.

As exigências estabelecidas no edital atendem aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, além de respeitarem integralmente o regulamento interno e as normativas aplicáveis, garantindo a qualificação adequada dos proponentes sem restringir injustificadamente a competitividade do certame.

Quanto ao seguinte pedido:

- Seja **incluso** no Edital, que será exigido das empresas cujos Responsáveis Técnicos sejam oriundos dos quadros da Marinha do Brasil, conforme preconiza o item 0410 da NORMAM-17, o cadastro no **“CADASTRO DE EMPRESAS CADASTRADAS NO CAMR”** e o fornecimento de Atestado de Capacidade Técnica por pessoa jurídica de direito público ou privado compatíveis em características com o objeto da licitação vinculando seu Responsável Técnico; e

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES – COLIC

Mencionado o item 4.10 da NORMAM-601/DHN que traz os seguintes termos:

4.10 REQUISITOS PARA A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO SOB A RESPONSABILIDADE DE ENTIDADES EXTRA-MB

As entidades extra-MB que operem e mantenham sinais náuticos deverão atender aos seguintes requisitos:

a) Dispor de um Responsável Técnico para os referidos serviços, integrante do quadro permanente da entidade, que deverá ser:

- I) Oficial formado no Curso de Aperfeiçoamento em Hidrografia para Oficiais da MB;
- II) Praça formada no Curso de Aperfeiçoamento de Faroleiro da MB; ou

III) Profissional de qualquer das modalidades regulamentadas pela Decisão Plenária nº 0864/2016 do CONFEA, de 19 de agosto de 2016, para operação e manutenção de auxílios à navegação.

Deste modo, acolhendo em parte o pedido apresentado, fica alterado o item 8. HABILITAÇÃO TÉCNICA, do Termo de Referência, conforme abaixo.

1) No item 8.1 onde se lê:

8.1. Da Empresa ou do Consórcio de Empresas

A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos para comprovação da capacidade técnica operacional:

- I. Certificado de Registro e Regularidade da Licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do seu Estado de origem, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede;
- II. Cadastro da Licitante na Marinha do Brasil – Centro de Sinalização Náutica “Almirante Moraes Rego” – CAMR, de acordo com o item 4.11. da NORMAM 601, da pessoa jurídica para exercer atividade de característica compatível com o objeto desta licitação;
- III. Apresentar declaração de disponibilidade de embarcação(ões) conforme preconizado na NORMAM 201 e NORMAM 202, com capacidade de executar o lançamento,

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES – COLIC

de forma a estar qualificada para o cadastro. Deverá constar dados como nome, especificação técnica, características da embarcação, etc.

- IV. Os equipamentos da LICITANTE devem ser habilitados para operar navegação de apoio portuário nos termos da Resolução Normativa nº5 de 23/02/2016 da ANTAQ. Caso os equipamentos da LICITANTE não sejam autorizados pela ANTAQ para operar em apoio portuário, será permitida a subcontratação dos equipamentos de uma empresa devidamente habilitada. O subitem III deverá ser atendido independente da forma de contratação do equipamento.
- V. Atestado de visita técnica emitido pela APPA ou declaração formal da empresa que a licitante tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes a natureza dos trabalhos, conforme disposto no edital.
- VI. Apresentar no mínimo 01 (um) atestado, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a empresa tenha atuado satisfatoriamente na prestação de serviço de manutenção de balizamento de portos ou terminais portuários que demandam serviço de Praticagem, com uma quantidade mínima de 10 (dez) boias flutuantes luminosas e 1 (uma) boia articulada luminosa. Será permitido a apresentação de atestado de boias flutuantes e articuladas separadamente.

Altera-se para:

8.1. Da Empresa ou do Consórcio de Empresas

A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos para comprovação da capacidade técnica operacional:

- I. Certificado de Registro e Regularidade da Licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do seu Estado de origem, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede;
- II. Cadastro da Licitante na Marinha do Brasil – Centro de Sinalização Náutica “Almirante Moraes Rego” – CAMR, de acordo com o item 4.11. da NORMAM 601, da pessoa

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES – COLIC

jurídica para exercer atividade de característica compatível com o objeto desta licitação;

- III. Apresentar declaração de disponibilidade de embarcação(ões) conforme preconizado na NORMAM 201 e NORMAM 202, com capacidade de executar o lançamento, operação e manutenção do balizamento de boias, inclusive articuladas, munidas de AIS, de forma a estar qualificada para o cadastro. Deverá constar dados como nome, especificação técnica, características da embarcação, etc.
- IV. Os equipamentos da LICITANTE devem ser habilitados para operar navegação de apoio portuário nos termos da Resolução Normativa nº5 de 23/02/2016 da ANTAQ. Caso os equipamentos da LICITANTE não sejam autorizados pela ANTAQ para operar em apoio portuário, será permitida a subcontratação dos equipamentos de uma empresa devidamente habilitada. O subitem III deverá ser atendido independente da forma de contratação do equipamento.
- V. Atestado de visita técnica emitido pela APPA ou declaração formal da empresa que a licitante tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes a natureza dos trabalhos, conforme disposto no edital.
- VI. Apresentar no mínimo 01 (um) atestado, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a empresa tenha atuado satisfatoriamente na prestação de serviço de manutenção de balizamento de portos ou terminais portuários que demandam serviço de Praticagem, com uma quantidade mínima de 10 (dez) boias flutuantes luminosas e 1 (uma) boia articulada luminosa. Será permitido a apresentação de atestado de boias flutuantes e articuladas separadamente.
- VII. **Fica dispensado o subitem I, nos casos em que o Responsável Técnico pelos serviços for um dos profissionais mencionados no item 4.10 da NORMAM-601/DHN: oficial formado no Curso de Aperfeiçoamento em Hidrografia para Oficiais da MB ou Praça formado no Curso de Aperfeiçoamento de Faroleiro da MB.**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES – COLIC

2) No item 8.2 onde se lê:

A PROPONENTE deverá apresentar, no mínimo, 01 (uma) Certidão de Acervo Técnico (CAT), de Engenheiro da sua equipe técnica, devidamente certificado pelo CREA, expedidos por pessoa jurídica de direito privado ou público, atestando que o profissional tenha atuado:

- VII. Execução de manutenção de balizamento de portos ou terminais portuários que demandam serviço de Praticagem, com uma quantidade mínima de 10 (dez) boias flutuantes luminosas e 1 (uma) boia articulada luminosa. Será permitido a apresentação de CAT de boias flutuantes e articuladas separadamente.

Altera-se para:

A PROPONENTE deverá apresentar, no mínimo, 01 (uma) Certidão de Acervo Técnico (CAT):

- Engenheiro da sua equipe técnica, devidamente certificado pelo CREA; ou
- Oficial formado no Curso de Aperfeiçoamento em Hidrografia para Oficiais da MB ou Praça formado no Curso de Aperfeiçoamento de Faroleiro da MB, da sua equipe técnica, devidamente certificado pela entidade profissional competente.

Em ambos os casos expedidos por pessoa jurídica de direito privado ou público, atestando que o profissional tenha atuado:

- VIII. Execução de manutenção de balizamento de portos ou terminais portuários que demandam serviço de Praticagem, com uma quantidade mínima de 10 (dez) boias flutuantes luminosas e 1 (uma) boia articulada luminosa. Será permitido a apresentação de CAT de boias flutuantes e articuladas separadamente.

3) No item 8.2 onde se lê:

- Declaração de Responsabilidade Técnica;
- A ficha curricular;
- Deve ser apresentado cópia do diploma;
- Declaração de responsabilidade técnica (Modelo no ANEXO IV);
- Deverão ser apresentadas as Certidões de Registro de Pessoa física do CREA;
- É vedada indicação de um mesmo profissional por mais de um LICITANTE. Tal

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES – COLIC

fato desqualificará todos os LICITANTES envolvidos;

- Comprovação do profissional pertencente ao quadro permanente. Esta comprovação será feita mediante uma das seguintes formas:
- Carteira de trabalho;
- Certidão do CREA;
- Contrato social;
- Contrato de prestação de serviços
- Contrato de trabalho registrado na DRT; e/ou
- Termo, através do qual o profissional assume a responsabilidade técnica pelas obras ou serviços licitados e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser esta adjudicada

Altera-se para:

- A ficha curricular;
- Deve ser apresentado cópia do diploma;
- Declaração de responsabilidade técnica (Modelo no ANEXO IV), para os casos em que o responsável técnico não for engenheiro o modelo deverá ser adaptado:
 - Deverão ser apresentadas as Certidões de Registro de Pessoa física do CREA;
 - É vedada indicação de um mesmo profissional por mais de um LICITANTE. Tal fato desqualificará todos os LICITANTES envolvidos;
 - Comprovação do profissional pertencente ao quadro permanente. Esta comprovação será feita mediante uma das seguintes formas:
 - Carteira de trabalho;
 - Certidão do CREA;
 - Contrato social;
 - Contrato de prestação de serviços
 - Contrato de trabalho registrado na DRT; e/ou
 - Termo, através do qual o profissional assume a responsabilidade técnica pelas obras ou serviços licitados e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser esta adjudicada

Portanto, visando a ampla concorrência do processo licitatório caso a licitante não possua em seu quadro engenheiro como responsável técnico, mas possua oficial formado no Curso de Aperfeiçoamento em Hidrografia para Oficiais da MB ou Praça formado no Curso de Aperfeiçoamento de Faroleiro da MB a licitante não será inabilitada do processo licitatório.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES – COLIC****4. CONCLUSÃO**

Observadas as ponderações feitas pela área, e dado o seu caráter eminentemente técnico, por entender estarem suficientemente esclarecidos e justificados os pontos levantados, esta Comissão Permanente de Licitação e Cadastro, manifesta concordância com os termos apresentados.

Destaca-se que a área técnica responsável, ao analisar os apontamentos feitos pela ora impugnante, acatou parcialmente as alegações. Em vista desse acatamento, a redação para o item 8.1 do TERMO DE REFERÊNCIA passará a conter a redação acima delineada pelo departamento técnico do qual exarou o Termo. A mesma redação deve ser levada em consideração para o item 16.4.1 do edital que se refere sobre a CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL que conterá a seguinte previsão:

Fica dispensado o subitem I, nos casos em que o Responsável Técnico pelos serviços for um dos profissionais mencionados no item 4.10 da NORMAM-601/DHN: oficial formado no Curso de Aperfeiçoamento em Hidrografia para Oficiais da MB ou Praça formado no Curso de Aperfeiçoamento de Faroleiro da MB.

Quanto à redação do item 8.2 do termo de referência e seu relativo item 16.4.2, VII do Edital, passarão a conter a previsão:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES – COLIC

A PROPONENTE deverá apresentar, no mínimo, 01 (uma) Certidão de Acervo Técnico (CAT):

- Engenheiro da sua equipe técnica, devidamente certificado pelo CREA; ou
- Oficial formado no Curso de Aperfeiçoamento em Hidrografia para Oficiais da MB ou Praça formado no Curso de Aperfeiçoamento de Faroleiro da MB, da sua equipe técnica, devidamente certificado pela entidade profissional competente.

Em ambos os casos expedidos por pessoa jurídica de direito privado ou público, atestando que o profissional tenha atuado:

- VIII. Execução de manutenção de balizamento de portos ou terminais portuários que demandam serviço de Praticagem, com uma quantidade mínima de 10 (dez) boias flutuantes luminosas e 1 (uma) boia articulada luminosa. Será permitido a apresentação de CAT de boias flutuantes e articuladas separadamente.

Também deve ser dada atenção com relação à inclusão:

- Declaração de responsabilidade técnica (Modelo no ANEXO IV), para os casos em que o responsável técnico não for engenheiro o modelo deverá ser adaptado;

As alterações de redação estão devidamente contempladas nas considerações do setor técnico requisitante, reportadas na íntegra no corpo deste julgamento.

Em que pese o requerimento para reabertura do prazo para a apresentação das propostas e consequente republicação, entendemos que a alteração não motiva a reabertura do prazo, pois a expansão das possibilidades de competição no certame ao possibilitar inclusão de profissional, está alicerçada na parte final do art. 39, parágrafo único, da Lei nº 13.303/2016, *in verbis*:

“.....,exceto quando a alteração não afetar a preparação das propostas”.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES – COLIC

No caso em tela, a ampliação dos profissionais aceitos, possibilita um maior número de licitantes ingressarem no certame, sem contudo limitar a participação daqueles que também tenham posse dos documentos antes solicitados para habilitação técnica.

5. DA DECISÃO

Assim, em face das razões expendidas acima, sem nada mais evocar, conheço das impugnações e **DOU PARCIAL PROVIMENTO**, para o fim de promover a competente errata nos termos já mencionados, mantendo-se a data do certame para o dia 22 de novembro de 2024.

Paranaguá, 19 de novembro de 2024.

Angelo Geraldo Bochenek
Pregoeiro e Presidente da CPLC